

**Ata n.º 24/2016**

**Ata da Reunião Extraordinária realizada no  
dia 28 de outubro de 2016**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, no edifício-sede do Município de Almodôvar, na sala de reuniões da Câmara Municipal, **teve lugar** nos termos do art.º 41.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a **reunião extraordinária, da Câmara Municipal**, a qual foi presidida pelo **Dr. António Manuel Ascensão Mestre Bota, Presidente da Câmara Municipal**, encontrando-se presentes o **Sr. Vice-Presidente** Dr. Luís Gaiolas e os **Senhores Vereadores** Dr. Ricardo Colaço, Dr. João António e Senhor António Sebastião. -----

A reunião foi secretariada pela Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr.ª Helena Guerreiro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Carla Maria Moiteiro Lima.-----

A **ordem do dia** da presente reunião foi comunicada por correio eletrónico, nos termos da deliberação de 25.OUT.2013, cujo teor se transcreve: -----

**ORDEM DO DIA:**-----

**1.º** – Apreciação e deliberação sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para vigorar no ano de 2017; -----

**2.º** – Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para vigorar no ano de 2017;

**3.º** - Conhecimento sobre a Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para vigorar o ano económico de 2017; -----

**4.º** - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, as respetivas deliberações em minuta.” -----

**ABERTURA:**-----

Às **dez horas e vinte minutos**, o Senhor Presidente declarou **aberta a reunião**, tendo a Câmara iniciado a apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia. -----

O **Senhor Presidente** antes de iniciar a ordem de trabalhos agradeceu a todos pela disponibilidade para estarem presentes nesta reunião extraordinária, em especial aos Senhores Vereadores da oposição que tiveram de deixar os seus afazeres profissionais. -----

**1.º – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA VIGORAR NO ANO DE 2017:** ---

O **Senhor Presidente** esclareceu que não recebeu nenhuma proposta das forças políticas inerente a estes documentos, apenas recebeu um pedido do Movimento dos Independentes por Almodôvar no sentido de viabilizar uma reunião referindo que, tal não foi possível, no entanto poderão agora discutir esta proposta. Quanto ao PSD pensa que tenham veiculado a sua posição através do seu Vereador que faz parte integrante do executivo. -----

Antes de falar dos documentos em si, quis agradecer a todos quantos deram o seu contributo para a elaboração destes documentos, particularmente, à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, ao Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira e ao Executivo.

Continuando referiu que apresentam um orçamento realista pois não existe nele nenhum valor que não seja possível provar, não há majoração de valores e teve como base as receitas diretas, apesar de ter de se fazer alguns ajustes de coisas que não se podem calcular. -----

Por agora, salvaguardaram as receitas essenciais, tendo em conta o 1.º trimestre e o facto de haver depois a aplicação do saldo da conta de gerência do ano anterior, isto é, salvaguardaram os compromissos existentes em 2016 que passam, necessariamente, para 2017, fazendo com que diminuísse a capacidade de imputar valores reais. Como sabem, houve projetos que devido ao seu atraso retiraram valores para 2017, que já estão cativos pela sua plurianualidade. -----

Das Grandes Opções do Plano de 2017 destaca-se como objetivo as Funções Gerais com um valor de **€911.499,00** (cerca de 15%), as Funções Sociais com um valor e **€4.083.515,00** (cerca de 67%) e as Funções Económicas com um valor de €654.480,00 (cerca de 10%). É nitidamente uma aposta na área social, onde se destaca a educação, a saúde, a segurança e ação social, a habitação e serviços coletivos e os serviços culturais, recreativos e religiosos. São objetivos estratégicos que se desenvolvem na implementação de medidas e na concretização de ações fundamentais para o desenvolvimento local e na dinamização de uma economia sustentável do concelho. -----

No investimento direto os valores ultrapassam os anos anteriores tendo em conta os diferentes projetos em curso (11 projetos) e já compromissados no valor de 4 milhões e 300 mil euros, que vem diminuir o valor disponível para as rubricas, e não deixa mostrar as reais prioridades. -----

Referiu também que o Prazo Médio de Pagamento do Município é de dois dias, de acordo com a informação disponível na DGAL. -----

As despesas com as amortizações dos empréstimos ascendem a €642.000,00 e os encargos com os respetivos juros perfazem o valor de €12.200,00, num total de €658.200,00, correspondente a 5,30% do orçamento. -----

Mantivemos a almofada financeira, existindo cerca de 2 milhões de euros a prazo que poderão ser utilizados em investimento de capital, caso exista essa necessidade. -----

Aclarou que o financiamento comunitário não tem muita expressão na fonte de rendimento uma vez que a falta de abertura dos avisos com vista a candidaturas teve um atraso de dois anos, contudo, daqueles que já saíram conseguimos tirar proveito e fazer cinco candidaturas. Assim os fundos comunitários não refletem receita em 2017 porque não houve, não obstante a falta de avisos para que possamos ter diretrizes nos projetos a candidatar, foi investindo naqueles projetos que parecem mais prováveis de ser aceites em futuras candidaturas. -----

No que respeita à despesa corrente e no que concerne a remunerações, salienta uma diminuição devido a algumas perdas motivadas com aposentações, falecimentos e cessação de vínculo de emprego público, referindo que o objetivo não é diminuir pessoal, porque existe uma efetiva carência de recursos humanos mas, não foi possível proceder à abertura de procedimentos concursais devido aos condicionalismos provocados pelo incumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. Esta diminuição preocupa-o e está a tentar encontrar uma solução viável que permita salvaguardar os interesses do Município. -----

Relativamente ao equilíbrio orçamental, referiu que uma grande parcela desse valor já foi compensado, mas não na sua totalidade, situação que esperam ver resolvida no próximo ano económico, vamos no bom caminho. -----

Em 2017, as prioridades passam, nomeadamente, pelo apoio de 100% nos medicamentos dos idosos, o apoio aos jovens a integrar no âmbito do programa Ocupação Municipal Temporária de Jovens, o programa “*Conhecer e Conviver*”, apontamentos culturais como veículo de promoção do concelho, estimulando o consumo no comércio local, o transporte gratuito para os jovens universitários para que possa contribuir e melhorar o desenvolvimento do concelho, a continuidade a dar ao apoio para compra de material escolar, a Universidade Sénior onde se verificou um aumento de alunos e será passível de haver um aumento da dotação, o Fundo de Emergência Social, a melhoria das habitações dos agregados mais desfavorecidos e o início do projeto “*Almodovarepara*”, cujo objetivo consiste em efetuar pequenas reparações nas habitações dos seniores do concelho. -----

Também um dos grandes investimentos será o apoio ao empreendedorismo e à incubadora de empresas, cujo Regulamento já foi inclusivamente aprovado nos órgãos e que entrará em vigor no início de 2017. -----

Salientou também, a negociação que está a ser travada com a Segurança Social relativa à aquisição do terreno anexo e o próprio edifício da “*Casa do Povo*”, para criar o designado Museu do Pão e um Parque de Estacionamento Público. -----

Há que tentar fazer contenção nas despesas correntes para conseguir abraçar o equilíbrio orçamental e espera que com a aplicação do saldo da gerência anterior se possa, designadamente, atribuir mais 10 mil euros para cada uma das Juntas de Freguesia, para que estas possam fazer investimento de capital junto das suas populações. -----

Referiu ainda que será necessário adquirir dois autocarros, um para uso no serviço urbano e outro para o transporte das crianças e a tentativa de renovar a frota relativamente às viaturas de trabalho que estão obsoletas. -----

Também lembrou que necessita e contratualizar projetos que fiquem em carteira, promover o comércio local e a micro economia. -----

Aclarou que é provável que o orçamento vá sofrendo pequenas alterações até ao final do ano, porque existem obras em curso e há coisas de momento que não nos é possível aferir. ---

Mais uma vez referiu que, com a aplicação do saldo da gerência de 2016, as rubricas que estão insuficientemente dotadas serão então reforçadas com a realidade aferida no momento. -----

Referiu que em termos de capital, neste momento, temos em fase de concurso, nomeadamente, o Parque de Caravanismo, a Requalificação da EB1 – Recinto Desportivo, a Requalificação Urbanística na Aldeia dos Fernandes ao longo da EM 515, a Construção de Oficinas Municipais, a substituição de luminárias na Semblana, a construção de centrais fotovoltaicas no Rosário, Santa Clara e Aldeia dos Fernandes, a Requalificação do Largo de São Pedro, o alargamento da ponte da Várzea da Andorinha, o término do Cineteatro e a Entrada Sul, no valor de cerca de 4 milhões, que transitam para 2017.-----

**O Senhor Vereador António Sebastião** referiu que ouviu com muita atenção a exposição do Senhor Presidente e considera que não houve alteração nenhuma relativamente às políticas que têm vindo a ser seguidas por esta maioria. Prossequindo disse que, na sua opinião, não haveria qualquer possibilidade de negociação, os documentos estavam fechados. No âmbito do Estatuto do Direito de Oposição pediram uma reunião preparatória para discutir o documento, pareceu-lhes a melhor forma de obterem mais informação nessa altura e trabalhar no sentido de tentar encontrar um consenso. -----

Nos termos do Estatuto do Direito de Oposição, a maioria, enviou os documentos apenas para cumprir uma formalidade legal, sem preocupação de mais explicações, sendo que os documentos enviados consistiram apenas em apresentar as receitas e despesas previsíveis com um enorme desequilíbrio orçamental, um documento bastante redutor que permitiu unicamente dar cumprimento às disposições legais em vigor. -----

Referiu que antes de apreciar este orçamento para 2017, em si, quer referir que as suas linhas orientadoras vêm no seguimento do que tem vindo a ser feito neste mandato, o que para si é afunilador e, só por aí, não concorda porque são opções políticas erradas. -----

Algumas considerações:-----

Recorda que já foi discutido em sede de reunião do Executivo, o projeto de campismo e caravanismo do anterior executivo o qual foi abandonado por esta maioria, tendo sido elaborado novo projeto só de caravanismo, sendo que, na designação da rubrica no orçamento ainda continua como campismo e caravanismo. Questionou se não deveriam constar em separado? -----

O Senhor Presidente referiu na sua introdução que os projetos candidatados serão depois tidos em consideração numa futura revisão para aplicação de verba assim, questionou se existem candidaturas? Se sim, quais são? -----

Colocou igualmente uma questão técnica à qual o Senhor Vice-Presidente respondeu. -----

Voltando a falar de fundo comunitários, na introdução há referências a possíveis candidaturas de projetos existentes, não sabendo quais são, questionou quais as obras concluídas que podem ser candidatas? Já procurou as obras e não as encontra, olha para o orçamento e nas receitas de capital, nos fundos comunitários, pelo que vê, não há receitas de novos projetos, só algumas dos anos transatos. A requalificação urbana é a única deste executivo, as restantes, são do executivo anterior. Qual a obra feita que não vê? -----

Preocupa-o o programa da Área Social pois a dotação da rubrica diminui drasticamente, cerca de 1/3 em relação a 2016 e não percebe como o Presidente diz que reforçou esta área. -----

Em relação ao empreendedorismo, não foi colocado um cêntimo e é falacioso ser colocado dessa maneira. -----

Diz que está a negociar a compra da "Casa do Povo" e não tem verba no orçamento, vai fazer uma permuta e não há referência no orçamento e considera falacioso introduzir isso como objetivo. -----

Ficou preocupado com a informação que se vão adquirir dois autocarros e viaturas em 2017, que são despesas de capital, e a questão é, como vai conseguir realizar os investimentos previstos e como vai dotar as rubricas que estão insuficientemente dotadas? É como ter uma manta curta que para tapar a cabeça destapa os pés. -----

Na análise da execução financeira reportada a Setembro que apresentei em reunião do Executivo, e que apresentava uma fraca execução de capital, o Presidente respondeu que tinha 3 meses para realizar investimentos, mas se o fizer o saldo diminui e consequentemente diminui a verba para, mais uma vez, reforçar rubricas que obrigatoriamente tem de ser aumentadas. Então como vai fazer? Não há coerência.-----

Quis deixar claro que estas não são as opções do IPA, nem sequer as suas prioridades. -----

Este orçamento vem na sequência da política destes 3 anos, nos documentos agora apresentados a dotação global das despesas correntes têm um valor global de 7 milhões e só até Setembro deste ano as despesas correntes já ultrapassaram os 6 milhões, faltando a despesa de Outubro, Novembro e Dezembro o que significa que 2016 se vamos aproximar do limite que devemos observar como meta para atenuar o desequilíbrio. Questionou como irá resolver este problema? -----

**O Senhor Presidente** disse que há projetos para candidatar, não disse que eram fonte de receita, porque não temos candidaturas. Há obra feita que se pode candidatar. Para candidatar temos a mostra turística de produtos que esteve patente junto à FACAL, o ALMARTE e as Escritas do Sul.-----

Temos a Requalificação do Largo de São Pedro, já aprovado, e o Campo das Eiras que é uma pré-candidatura dentro do PARU, existem 2 projetos por cada município desde que não ultrapasse os 700 mil euros e a Câmara escolheu estes dois. -----

Os fundos comunitários não têm muito significado no orçamento porque ainda não há abertura de avisos mas, há obra feita e passível de vir a ser candidatada, designadamente as seguintes: Beneficiação de Esgotos e Pluviais nas Ruas 1º de Maio, GNR, E.B.1 e Serpa Pinto, Eficiência Energética em Gomes Aires, Repavimentação Zona da Ribeira de Cobres em São Pedro, reparação das Ruas da Romba, Estrada das Viúvas a São Pedro de Solis, Ossários do Cemitério de Almodôvar, Eficiência Energética em São Pedro, Requalificação do Parque Infantil de Almodôvar, Requalificação do Jardim dos Bombeiros, esgotos e água da Azinhaga Padre Mestre, Chiller Biblioteca, Requalificação da Estrada de Candemilhas, Selagem e Repavimentação em várias ruas da Vila, Alargamento do acesso à estrada do Monte dos Mestres, entrada e corredor da EB 1 de Almodôvar, LED na Rua da Câmara, GNR e Candemilhas. -----

Temos também obras a concurso, passíveis de serem candidatas, como é o caso do Caravanismo, Requalificação Urbanística da EM 515 – percurso pedonal entre a Aldeia dos Fernandes e Cemitério ou a substituição das luminárias na Semblana. Referiu que entre outras, estas são obras passíveis de candidatura, por enquanto não há avisos mas por certo haverá avisos para poder candidatá-las, inclusive a obra da Entrada Sul poderá, eventualmente ser candidatada através do PAMU. -----

Quanto ao reforço da Ação Social, não está suficientemente dotada neste momento mas sê-lo-á assim que possível, atendendo a que já existem inúmeros compromissos plurianuais assumidos. -----

**O Vereador António Sebastião** referiu que está a mistificar a resposta misturando obras, lembrando que só questionou pela obra feita. Referiu também que não se deverá fazer mais nada do que aquilo que aqui está e, fazer até ao final do ano o menos possível para que passe um maior saldo, é, certamente, o objetivo. Se formos ver as rubricas insuficientemente dotadas com despesas fixas e permanentes vai absorver parte significativa do saldo em despesa corrente e se não houver saldo suficiente como fará? -----

**O Senhor Presidente** recordou que até ao final do ano se farão alterações e o que exceder de umas passará para as que precisarem, mas agora não poderemos retirar os compromissos assumidos para colocá-los noutras rubricas. Explicou também que temos uma rubrica específica para a permuta com a Segurança Social mas, a sua dotação, neste momento, não tem muito interesse porque ainda decorrem as negociações e, se for necessário, far-se-á uma alteração e assegurar-se-á a dotação da respetiva rubrica. -----

O **Vereador Ricardo Colaço** quis esclarecer que fez parte integrante da elaboração do documento, enquanto Vereador, recebeu o documento e transmitiu à concelhia e participação desta foi tímida ou nula. Disse que estava em consonância com a opinião do Senhor Vereador Sebastião, não em todos os aspetos, mas na maioria. Refere-se, por exemplo, à questão das obras, aviso que já tinham deixado em sede de Assembleia, pois estavam preocupados com a capacidade deste executivo em implementar as obras que têm em orçamento. Este ano, parece ter havido um maior empenho e estão a surgir lentamente. Espera que 2017 seja o ano de as implementar e entrar nos eixos. Obras como o Caravanismo, Estrada da Corte Zorrinho à Estrada de Gomes Aires, a da Aldeia dos Fernandes e os passeios do Rosário são importantes para o concelho e deviam todas elas já estar concluídas. As obras agora a iniciar já deveriam ter iniciado, houve uma falha e remetê-la-á para a sua declaração de voto. -----

O **Senhor Vice-Presidente** disse que o Presidente já explicou e enquadrou o documento e congratula-se por este orçamento salvaguardar as verbas de política cultural que tinham sido defendidas para este mandato. Diz que a discussão deste documento, neste momento, cai porque só tem sentido aquando da revisão em abril mas, de qualquer forma, estas são as intenções e os projetos prioritários e para os quais existe as dotações. -----

O **Vereador António Sebastião** solicita que o esclareça pois na rubrica do Recinto da Escola EB1 há uma dotação de 200 mil euros para 2017 e recorda-se que se aprovou um valor de base orçamental para essa obra de cerca de 225 mil. Questionou se já há proposta? -----

Questionou se da obra para finalização do cineteatro já foi pago algum auto, porque a rubrica está dotado apenas com 200 mil euros. Pergunta se ficou cativa alguma verba em 2016? -----

A questão da parte cultural é interessante de ver, é visível a obrigatoriedade de colocar verba, tudo é passível de tratar de várias formas, verbas inerentes a investimentos em curso que obriga a cortes nas despesas correntes. Mantêm a parte das remunerações e as outras baixam abruptamente, só 2 iniciativas não baixam, isto é, o ALMARTE e as Escritas do Sul que refletem as dotações consideradas necessárias, as outras despesas são cortadas drasticamente. Não vai tecer considerações dos benefícios ou não das iniciativas culturais, não deixando de referir que no ALMARTE há uma verba exagerada. -----

Relativamente às obras de requalificação em Santa Clara-a-Nova, desde 2014 que são sempre colocadas em orçamento e nunca começaram, nem temos conhecimento que o seu projeto estivesse a ser preparado ou aprovado e de ano para ano vai diminuindo a sua dotação. -----

O **Senhor Presidente** em resposta ao Senhor Vereador disse que já foi adjudicada a obra da E.B.1. Quanto a Santa Clara-a-Nova referiu que esta é uma prioridade para 2017 e a verba que falta na rubrica é o custo do projeto. -----

Referiu também que este orçamento é o mais real possível. -----

O **Vereador António Sebastião** referiu que há um aumento das transferências do Orçamento Geral do Estado em relação a 2016 em cerca de 300 mil euros, o que é um aumento significativo para o Município e que as transferências para as Juntas de

Freguesia se mantêm. Em sua opinião, é claramente notório e consensual que as competências delegadas não têm recursos financeiros adequados, as Juntas procuram gerir sem levantar grandes ondas mas, se olharmos às competências, o financiamento é insuficiente. Havendo um aumento das transferências do orçamento geral do estado para a Câmara, esta poderia aumentar na mesma proporção o valor a transferir para as Juntas e cumprir um dos seus eixos de ação “*promover uma política ativa de descentralização*” coisa que não faz. As GOP claramente não correspondem a este anseio. -----

O **Senhor Presidente** questionou se o que influencia a sua forma de votação é este aumento das transferências para as Juntas de Freguesia? Se assim for, até concorda que haja um aumento destas transferências e podem negociar este aumento. -----

O **Vereador António Sebastião** referiu que se há um aumento este já deveria vir espelhado no orçamento. Esclareceu que esta não é a sua única discordância. Este é um orçamento que vem na sequência daquilo que têm vindo a fazer nestes 3 anos. Esclareceu que a obra da Entrada Sul não é a sua obra, não a faria desta maneira, e espera estar enganado e aquilo resultar melhor do que pensa, as suas opções seriam outras, a Requalificação da Aldeia dos Fernandes faria de outro modo, o Caravanismo que já foi discutido, enfim faria claramente de forma diferente, a sua visão é bem divergente. -----

Quanto à questão do pagamento da dívida de médio e longo prazo referiu que é normal o pagamento das amortizações contratuais e a dívida vai diminuindo se não existir a contratação de mais empréstimos. Poderia ter lançado obra que estaria em execução e com possibilidade de candidatura, o quadro comunitário começou tarde mas, o Presidente, não faz trabalho prévio e quando houver candidaturas vai candidatar obrazinhas e este é o seu grande problema. -----

Prosseguindo o senhor Vereador leu e aclarou o seguinte documento: -----

*“Considerações sobre os Documentos: -----*

**Programa: serviços gerais da administração pública.** -----

*“Os valores mais relevantes neste âmbito estão relacionados com os encargos com os denominados Contractos Emprego Inserção e medidas de estágio. Assumem também relevância os encargos com aquisição de material de transporte por força do desgaste e condicionalismos legais que apresentam algumas viaturas municipais de transporte, equipamento básico e software informático. O projecto para a criação do Balcão Único e a construção das Oficinas Municipais assumem aqui também um papel relevante.” -----*

**Programa educação** -----

*“Destaca-se nesta área a intervenção prevista ao nível da requalificação do recinto da escola EB1 de Almodôvar. Salienta-se ainda a manutenção das medidas conducentes a uma otimização do funcionamento do serviço de ensino, nomeadamente em termos de refeições escolares, equipamentos para as escolas do concelho e transportes escolares” -----*

*Ao ler estas passagens da nota explicativa dos documentos em análise a que chamaram - linhas programáticas de atuação - poderia fazê-lo lendo os documentos de 2016. São exactamente iguais. Passa-se nestes dois programas e em muitos outros a semelhança é quase perfeita. Dá a impressão que se trata de uma cópia dos documentos de 2016. -----*

*Nalguns programas onde existe alguma diferença, nota-se especialmente por se verificar que determinadas obras e investimentos que constavam como intenção de realização prioritária em 2016 e que são promessas assumidas do Sr. Presidente foram deixadas cair; Ex: o Centro de apoio*

sénior e apoio domiciliário de Gomes Aires no Programa de Segurança e Acção Social, a intervenção urbanística na EN2 do Rosário, bem como a requalificação de várias artérias do centro Histórico de Almodôvar no programa Habitação e Serviços Colectivos. -----

Estas GOPs e orçamento não são seguramente boas para Almodôvar. As opções estão erradas, tem vindo a ser cometidos erros ao longo destes três anos e ao olharmos para esta proposta de acção para 2017 não podemos de deixar de lamentar o conjunto de projectos que poderiam já estar concluídos ou em execução e que foram abandonados por esta maioria, verificando-se nalguns casos alternativas erradas e noutras casos sem qualquer alternativa. -----

Procuramos algum investimento na freguesia do Rosário e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de S. Barnabé e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de Santa Cruz e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na antiga Freguesia da Graça dos Padrões e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na antiga Freguesia de Gomes Aires e não encontramos nada. -----

Procuramos algum investimento na Freguesia de Santa Clara e vislumbramos, mais uma vez, uma verba para a requalificação da rua da Igreja e rua do cemitério, projecto que já vem desde 2014 e nunca é feito. -----

Pode ser que este próximo ano, por motivos evidentes, aja algum desenvolvimento. Parece-me, no entanto, que pelas verbas envolvidas tem vindo a perder importância. -----

#### **Em Almodôvar** -----

Não foi aproveitado o projecto global que existia na Câmara em fase final de conclusão para resolver de forma cabal as necessidades de instalações para o funcionamento operativo da Câmara, projecto que foi pensado para um desempenho racional e eficiente dos serviços e hoje o que é que vemos: um armazém que não responde adequadamente as necessidades do Município, a não resolução do problema das oficinas (está previsto construir duas - canalização e electricidade) e as outras que se encontram em piores condições continuam sem resolução. Lembramos que a oficina de carpintaria está fechada por falta de condições de segurança e a oficina de mecânica provavelmente também deveria estar. E também não foi resolvida a situação do parque de viaturas. Este é o saldo desta opção absurdamente errada e lesiva dos interesses do Município. -----

Não se resolveu nada do processo da antiga Casa do Povo e de todo o espaço envolvente. Parece que não existe qualquer interesse em tratar de um assunto que é de particular importância para a nossa vila pois trata-se de conseguir reabilitar todo o espaço entre a Biblioteca Municipal e o Convento de Nossa Senhora da Conceição, para além da recuperação do edifício e a sua utilização futura. -----

A requalificação do nosso centro Histórico continua a marcar passo, ou melhor, parece que já nem isso acontece dada a dotação ridícula que tem no orçamento (10 Euros) e muitos outros projectos que temos vindo a referir todos os anos, lamentavelmente foram abandonados e seguem o mesmo caminho do centro Histórico. Não os refiro novamente porque iria repetir-me tal como já falei em 2015 e 2016. -----

Refere o Senhor Presidente que um dos eixos estratégicos da sua acção é a descentralização activa para as Freguesias mas parece que isso se fica apenas pelas palavras. Em ano de aumento significativo das transferências do OGE para o município de Almodôvar, seria absolutamente razoável que esse aumento se reflectisse nas transferências para as Juntas de Freguesia mas a proposta é de transferências iguais a 2016. E isto apesar de ser consensual que os recursos financeiros transferidos são claramente insuficientes para as competências delegadas. -----

Uma última referência para a dotação global das despesas correntes apresentada: 7.317.645,00 euros. Sabendo nós que no ano corrente já se gastou em despesa corrente até à presente data cerca de 7 milhões de euros e não existindo muitas duvidas de que no próximo ano a tendência ainda será para gastar mais, não é muito difícil de entender para onde vai ser



*canalizado o saldo deste ano de 2016, o que também exige que não se gaste muito em Novembro e Dezembro para que esse saldo seja razoável. Enfim, uma autêntica trapalhada numa casa onde não há rumo e não há líder. Vê-se perfeitamente na apresentação deste orçamento que estamos perante uma maioria dividida que se tolera mediante acordos e cedências mútuas para que isto vá funcionando nestes meses que faltam.*-----

*Gostaria, ainda, de referir para que conste, que no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição, dado que apenas nos foi presente uma previsão de receitas e despesas e a sua distribuição por diversas rubricas com uma enorme diferença entre o arrecadado e o que se pensava gastar e sem uma nota explicativa que enquadrasse estes números e os seus objectivos, disponibilizamo-nos para reunir e contribuir para a elaboração de uma proposta que a partir da base pudesse ser minimamente consensual. Não obtivemos qualquer resposta.*-----

*Por tudo o que acabamos de expor, as GOPs e Orçamento são por nós rejeitadas e lamentando a estagnação que o concelho sofreu nestes anos, não podemos deixar de manifestar a nossa satisfação por estarmos perante o último Orçamento deste executivo.*-----

**O Senhor Presidente** referiu que contraporá os argumentos do Senhor Vereador em sede de Assembleia.-----

**O Senhor Vereador João António** concordou com as declarações apresentadas pelo Vereador Sebastião, acrescentando que está preocupado em termos de estabilidade financeira da Câmara. A almofada financeira que este executivo herdou está a ser posta em causa estando a Câmara Municipal numa situação financeira complicada se não forem aprovados fundos comunitários. Relativamente à obra da Entrada Sul nada garante que haja candidatura, o Cineteatro perdeu o financiamento comunitário e, assim, facilmente se põe em causa a estabilidade financeira da Câmara. Tudo isto agravado ao despesismo das festas e eventos culturais dispendiosos que vão continuar e não há uma proporcionalidade entre custos e benefícios e não há interação dos munícipes nos eventos.-----

Podem dizer que, com mais tempo, as pessoas aproveitarão e criarão público, vai demorar, mas poderia haver o público externo que trouxesse vantagens, mas esse não veio. -

Sente-se defraudado e preocupa-o o abandono de projetos importantes para o desenvolvimento económico do concelho, em 4 anos a única obra visível, que é criticável, que não seria a sua obra e é a única originária deste executivo, se for feita, é a Entrada Sul, o resto são pequenas obrinhas de gestão corrente banais e comuns. Se olhar à história dos equipamentos feitos pelos outros executivos veremos o que este vai deixar. Esta situação tem tendência a agravar-se e, por isto, o seu voto terá de ser contra estas Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

**O Senhor Presidente** referiu que é uma opinião válida, é a função política da oposição que critica e minimiza constantemente o que está feito, entendendo estas críticas como sinal de algum receio.-----

Referiu que há situações que se poderão melhorar, estão em preparação projetos e isso deixa-o tranquilo.-----

Quando o Senhor Vereador fala em almofada financeira recorda que não levaram a Câmara à falência, considera este receio da oposição lógico, as opções são deste executivo e serão os cidadãos a reconhecer se há obras válidas ou não, sendo certo que tentam fazer o seu melhor e contribuir para o desenvolvimento do concelho.-----

**Prosseguindo, o Senhor Presidente submeteu os documentos previsionais para vigorem no exercício de 2017 à votação, tendo a Câmara, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, que invocou o disposto no n.º 2 do artigo 54º da Lei n.º**

75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e do Senhor Vice-Presidente, Luís Gaiolas, a abstenção do Senhor Vereador Ricardo Colaço e os votos contra dos Senhores Vereadores João António Palma e António Sebastião, deliberado: -----

**1º - Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano 2017,** documentos, estes, que fazem parte integrante do presente texto, e ficam arquivados na pasta anexa, ao presente livro de atas. -----

**2º - Submeter os documentos em apreço à apreciação e aprovação da próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal.** -----

**3º - Aprovar, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a presente deliberação em minuta.** -----

**DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

**O Senhor Vereador António Sebastião produziu a seguinte declaração de voto:** -----

*“A opinião que tenho sobre as Grandes Opções do Plano depois da análise possível, dentro do tempo que tivemos o documento, está refletida na declaração que li, do que foi a minha posição no âmbito da discussão travada sobre os documentos. Acrescento que como Almodovarense interessado no desenvolvimento do concelho, na sua posição de contexto da nossa região, no aumento da qualidade de vida dos meus concidadãos, não posso deixar de manifestar a minha apreensão relativamente áquilo que tem sido a intervenção da maioria na Câmara, verificando-se ao longo destes 3 anos e, continua a verificar-se para 2017, o concelho sofreu uma estagnação que nós muito lamentamos.”*-----

**O Senhor Vereador Ricardo Colaço produziu a seguinte declaração de voto:** -----

*“Será, eventualmente, a última vez que estarei aqui a discutir o orçamento, vou abster-me não serei eu como vereador que iria bloquear estes documentos. -----*

*Almodôvar está mais rica cultural e socialmente, o Presidente tomou em conta os avisos feitos pelo PSD no ano passado aquando da votação do orçamento, no que respeita aos investimentos de capital no concelho. Com efeito, estes investimentos surgiram, não com a dinâmica que desejaríamos, mas esperamos que no próximo ano melhorem. Passados 3 anos estou cá para assumir os erros. Há projetos, espera que o Presidente se empenhe mais nas obras do ano que vem e haja freguesias mais autónomas e menos dependentes. -----*

*Saliento ainda que há colaboradores municipais lesados relativamente às suas habilitações e há que corrigir essas situações porque nunca houve coragem anteriormente.”* -----

**2.º – MAPA DE PESSOAL PARA VIGORAR NO ANO DE 2017:** -----

O Senhor Presidente submeteu à apreciação, o Mapa de Pessoal para 2017, e respetivos anexos, acompanhados da Proposta n.º 157/PRESIDENTE/2016, exarada em 25.OUT.2016, que se transcreve: -----

**“PROPOSTA N.º 157/PRESIDENTE/2016** -----

**MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017** -----

**CONSIDERANDO:** -----

*Que nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, os Municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal;*-----

*Que, de acordo com o que resulta dos artigos 28.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental o respetivo Mapa de Pessoal tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução;*-----

*Que o Mapa de Pessoal constitui anexo às Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município, para cada um dos exercícios económicos, exigindo o planeamento rigoroso das*

*atividades de natureza permanente ou temporária a concretizar durante os diferentes períodos, bem como, os recursos financeiros e humanos a afetar para o efeito. -----*

*Que o Mapa de Pessoal para 2017, que ora se apresenta foi preparado à luz do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, em vigor e elaborado de acordo com as regras previstas no artigo 29.º da LTFP contendo, designadamente, a indicação dos postos de trabalho de que a Autarquia carece para o desenvolvimento das respetivas atividades no ano de 2017, caracterizadas genericamente em função da competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, do cargo ou da carreira e categoria que lhe correspondem e, dentro da respetiva carreira, e, ou, categoria, nos casos em que se julgue necessário, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular e, do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado pela Portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública. -----*

*Que a elaboração do orçamento de pessoal, para além da dotação necessária à satisfação dos encargos inerentes ao pagamento das remunerações de pessoal em exercício de funções, considerou, igualmente, as verbas destinadas à cobertura dos encargos decorrentes do eventual recrutamento de pessoal necessário à ocupação de postos de trabalho disponíveis, previstos no documento em apreço. -----*

*Assim, e uma vez que estamos perante uma proposta de mapa de pessoal que reflete a política de gestão de recursos humanos definida pelo Município, a qual pressupõe a avaliação dos impactos das saídas registadas nos últimos três anos, resultante dos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis do orçamento de estado e reflete também uma avaliação das possibilidades reais de recrutamento, programando, designadamente, a abertura dos procedimentos concursais necessários nas áreas operacionais mais deficitárias, PROPONHO: -----*

*1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar os seguintes documentos: -----*

*I. Mapa de Pessoal para o ano de 2017, cujo original se anexa como parte integrante desta Proposta e que procura traduzir de forma contida as necessidades do Município de Almodôvar, em matéria de recursos humanos;-----*

*II. Mapa Resumo dos Postos de Trabalho necessários por cargo/carreira/categoria do Município de Almodôvar, que constitui o Anexo I; -----*

*III. Mapa Resumo dos Postos de Trabalho por cargo/carreira/categoria ocupados pelos recursos humanos afetos à Residência de Estudantes de Almodôvar, que constitui o Anexo II;-----*

*IV. Mapa Descritivo do Perfil de Competências transversais, habilitações e respetivos conteúdos funcionais, nas diferentes carreiras/categorias dos trabalhadores municipais, que constitui o Anexo III;-----*

*V. Mapa de Afetação dos trabalhadores municipais, nos diferentes serviços e unidades orgânicas, que constitui o Anexo IV. -----*

*2. Que o Órgão Executivo submeta o Mapa de Pessoal para 2017, à apreciação e deliberação da próxima sessão da Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos previstos na alínea o) do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 4 do artigo 29.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;-----*

*3. A aprovação, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da respetiva deliberação em minuta.”-----*

Proseguindo, o **Senhor Presidente** começou por salientar que a lacuna de pessoal é notória. Recorda que a admissão de pessoal esteve comprometida e os programas do centro e emprego também foram reduzidos e as poucas pessoas que existem não têm o perfil desejado. Muitos recursos humanos saíram, por diversos motivos, designadamente por aposentação, por falecimento, por cessação da respetiva relação jurídica de emprego público ou através da figura da mobilidade interna entre serviços e, consequentemente, ficaram previstos 32 postos de trabalho no Mapa de Pessoal para

2017. Este mapa de pessoal comportará na sua totalidade 238 postos de trabalho, sendo que destes, 195 respeitam a postos de trabalho preenchidos por tempo indeterminado e 11 por tempo determinado e determinável e propõe 32 novos postos de trabalho, cuja orçamentação está espelhada nas GOP e Orçamento para o ano de 2017. -----

Referiu que muitos destes postos de trabalho já haviam sido considerados no mapa de pessoal para 2016, cuja abertura dos competentes procedimentos concursais não foi possível face às exigências impostas pela Lei do Orçamento de Estado. -----

**O Senhor Vereador João António** questionou se na autarquia não se aplica a regra da função pública em que para contratualizar um trabalhador têm de sair dois? -----

**O Senhor Vereador António Sebastião** questionou porque não abriram concursos este ano? Se estávamos impedidos pela Lei ou pelo desequilíbrio orçamental? -----

Pela **Chefe da DAF** foi explicado que não foram abertos procedimentos concursais no ano de 2016 porque o município não cumpre os requisitos **cumulativos** previstos no artigo 32.º da Lei do Orçamento de Estado para 2016, designadamente o não cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, fator impeditivo no que respeita ao recrutamento de novos postos de trabalho. Explicou igualmente que, nos termos da redação da proposta da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2017, esta situação eventualmente não se colocará, caso se mantenha a mesma redação, ficando apenas condicionados à abertura de procedimentos de recrutamento de trabalhadores os municípios que se encontram em situação de saneamento ou de rutura financeira, o que não é o caso do Município de Almodôvar. -----

**O Senhor Vereador António Sebastião** referiu que a questão do equilíbrio financeiro facilmente se repõe. Na sua opinião, o mapa de pessoal com 238 postos de trabalho, atendendo à discussão que existe a nível nacional, sobre o peso da administração pública, há que encontrar soluções e otimizar a gestão, há várias formas e a autarquia deve observar isso. Considera esta proposta de mapa de pessoal, tendo em consideração as Grandes Opções do Plano e Orçamento e o que se pretende desenvolver, um absurdo. O que se tem passado aqui é inédito e se o relacionarmos com as Grandes Opções do Plano ainda mais. Não tem sentido em aumentar o quadro em 32 postos de trabalho. -----

**O Senhor Vice-Presidente** concorda com esta proposta e respeita esta necessidade de aumentar o número de postos de trabalho. -----

Quis frisar que se deve conferir alguma justiça a muitas situações que existem pois, há pessoas a fazer um esforço pessoal no sentido de melhorar o seu nível académico e muito embora exerçam funções correspondentes às suas habilitações (assistente técnico e técnico superior) auferem pela categoria e carreira onde se encontram efetivamente integrados. Quanto a si, isto é tão ou mais importante que a contratação de novas pessoas. -----

**O Senhor Vereador Ricardo Colaço** apoiou e reforçou as palavras do Senhor Vice-presidente relativamente a esta eventual alteração profissional. -----

**O Senhor Presidente** frisou que a abertura destes recrutamentos em 2017 é, manifestamente, imprescindível por forma a colmatar necessidades, essencialmente, a nível operativo, independentemente se é inédito ou não, não lhe interessa copiar os

outros, mas sim salvaguardar os interesses do município para que este funcione e cumpra os seus objetivos. Frisou novamente que não há recursos humanos e temos que nos dotar deles para cumprir essas funções. -----

**O Senhor Vereador António Sebastião** referiu que não lhe parece que tenham sido abertos novos serviços na Câmara, seja em que área for. Recorda que se apurarmos o número médio de trabalhadores que saiu, é claramente inferior à proposta que está a ser feita. Opinou que há outros meios que a Câmara pode utilizar e prestar um serviço de qualidade sem ser desta forma. -----

Toda esta questão, ainda lhe trás mais preocupação se nos reportarmos às Grandes Opções do Plano no que diz respeito à despesa, é uma questão de difícil resolução e acentua ainda mais a sua preocupação. Para si, esta proposta comporta irresponsabilidade pois um executivo com responsabilidade devia retirá-la e reformulá-la para uma nova apreciação. -----

Quanto à questão colocada sobre as alterações funcionais dos trabalhadores, opinou que a maioria devia ter consciência daquilo que é o desempenho dos trabalhadores e equacionar, se a lei o permitir, a valorização do esforço pessoal de cada um e por essa via coloca-los a prestar serviços com responsabilidades e competências de acordo com as suas habilitações académicas. Estas duas componentes deveriam sempre que possíveis ser observadas. Estou de acordo com o alerta feito pelos Senhores Vereadores Luís e Ricardo. -----

**O Senhor Presidente** respondeu que não há equipamentos novos mas temos vindo a perder muitos trabalhadores, houve redução nos programas do centro de emprego, nomeadamente o programa património que tinha cerca de 30 pessoas, abriu o Museu em Santa Clara, o Convento, irá reabrir o Cineteatro. Para si, irresponsabilidade é bloquear a oportunidade das pessoas arranjam trabalho no seu concelho. -----

Analisado o assunto, **a Câmara, por maioria**, com os votos contra dos Senhores Vereadores João António Palma e António Sebastião, **deliberou:** -----

**1.º - Aprovar o Mapa de Pessoal para 2017**, cujo original, fica arquivado em pasta anexa, ao presente livro de atas. -----

**2.º - Aprovar o Mapa Resumo dos Postos de Trabalho** necessários, por cargo/carreira/categoria do Município de Almodôvar – **Anexo I**; -----

**3.º - Aprovar o Mapa Resumo dos Postos de Trabalho** por carreira/categoria, ocupados pelos recursos humanos afetos à Residência de Estudantes de Almodôvar – **Anexo II**; -----

**4.º - Aprovar o Mapa Descritivo do Perfil de Competências** transversais nos diferentes cargos/carreiras/categorias dos trabalhadores municipais – **Anexo III**; -----

**5.º - Aprovar, de Afetação** dos trabalhadores municipais, aos diferentes serviços e unidades orgânicas - **Anexo IV**.-----

**6.º - Submeter** os documentos em apreço à **apreciação e deliberação** da próxima sessão **da Assembleia Municipal**, conforme disposto do n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.-----

**7.º – Aprovar a publicitação, por afixação nas instalações municipais e inserção na página eletrónica**, aí devendo permanecer, após aprovação do documento pelo Órgão deliberativo. -----

**8.º - Aprovar**, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta.** -----

**3.º - ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA VIGORAR O ANO ECONÓMICO DE 2017:** -----

O **Senhor Presidente** solicitou aos Senhores Vereadores autorização para fazer uma retificação à epígrafe deste ponto e desta forma onde se lê “Conhecimento” dever-se-á ler “*Apreciação e deliberação*”, tendo em consideração que o previsto no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, refere que a atualização deve apenas vir para conhecimento do executivo mas, tem presente uma proposta que gostaria de colocar para apreciação e deliberação da Câmara.-----

**A Câmara aceitou por unanimidade a retificação à epígrafe.**-----

Continuando o **Senhor Presidente** apresentou uma informação exarada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira, em 17.OUT.2016, cujo teor se transcreve: -----

*“Assunto: Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para vigorar no ano económico de 2017* -----

**INFORMAÇÃO** -----

*Cumpre-nos informar V. Exa que, de acordo com o n.º 1 do artigo 8.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, os valores constantes na tabela deverão ser atualizados, ordinária e anualmente, em função dos Índices de inflação publicados pelo INE, acumulados durante 12 meses, contados de outubro a setembro.* -----

*De acordo com o n.º 7 do mesmo artigo, a presente atualização deverá acompanhar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano seguinte.* -----

*Para que a atualização das taxas possa acompanhar o Orçamento e GOP's para o ano de 2017, o índice de preços do consumidor disponibilizado pelo INE, que se reporta a setembro de 2016, apresenta uma variação média dos últimos 12 meses de 0,6%.* -----

*Submete-se à consideração superior, a atualização das taxas e preços para vigorar no ano económico de 2017.”*-----

Prosseguindo, o **Senhor Presidente** referiu que, considerando que a variação média dos últimos 12 meses é de 0,6% e no ano de 2016 a Tabela de Taxas foi objeto de atualização de acordo com o estipulado no n.º 1 do Artigo 8.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, **propõe que se delibere a manutenção dos valores para o ano de 2017.** -----

Analisado o assunto, a Câmara, **por unanimidade, deliberou:** -----

**1.º - Aprovar, a manutenção** da Tabela de Taxas, que deverá **acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2016, e submeter a mesma para conhecimento da Assembleia Municipal**, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 02.JAN.2017; -----

**2.º - Aprovar**, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **a presente deliberação em minuta.** -----

Os documentos anexos à presente rubrica fazem parte integrante do presente livro de atas e dão-se aqui como totalmente reproduzidos. -----

**ENCERRAMENTO:** -----

Nada mais havendo a tratar, pelo **Senhor Presidente** foi declarada encerrada a ordem de trabalhos pelas **doze horas e cinquenta minutos**.-----

Para constar, e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da reunião, que depois de aprovada, vai ser assinada, distribuídas fotocópias pelos serviços municipais e inserida na página eletrónica do Município. -----

E eu, Helena Camacho Gonçalves Guerreiro, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, a redigi e subscrevo. -----